



Câmara dos Deputados

Recebido em 04/06/2012 às 16:00  
Núcleo / Matr. 47263

**Emenda a MP 571 de 2012**

**MPV 571**

**00357**

**Tipo de Emenda:**

|                |  |                   |  |                     |          |
|----------------|--|-------------------|--|---------------------|----------|
| <b>Aditiva</b> |  | <b>Supressiva</b> |  | <b>Modificativa</b> | <b>x</b> |
|----------------|--|-------------------|--|---------------------|----------|

**Dispositivo Emendado**

|               |           |                   |                |               |  |               |  |
|---------------|-----------|-------------------|----------------|---------------|--|---------------|--|
| <b>Artigo</b> | <b>18</b> | <b>Parágrafos</b> | <b>2º e 3º</b> | <b>Inciso</b> |  | <b>Alínea</b> |  |
|---------------|-----------|-------------------|----------------|---------------|--|---------------|--|

**Teor da Emenda**

Dê-se ao § 2º e 3º do artigo 18 da Lei 12651 de 25 de maio de 2012, a seguinte redação:

Art. 18. A área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no CAR de que trata o art. 29, sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei.

.....

§ 2º Na posse, a área de Reserva Legal é assegurada por Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, na forma do § 6º do artigo 5º da Lei Nº 7.347 de 24 de julho de 1985 firmado pelo possuidor com o órgão competente do Sisnama, com força de título executivo extrajudicial, que explicita, no mínimo, a localização da área de Reserva Legal e as obrigações assumidas pelo possuidor por força do previsto nesta Lei.

§ 3º A transferência da posse implica a sub-rogação das obrigações assumidas no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, na forma do § 6º do artigo 5º da Lei Nº 7.347 de 24 de julho de 1985 de que trata o § 2º.





Câmara dos Deputados

### Justificativa

O entendimento do STF com relação ao termo de compromisso conforme previsto no §6º do artigo 11-A da MP 571 de 2012 não tem o condão de título executivo extrajudicial, pois os órgãos do SISNAMA não possuem legitimidade para tanto. Ademais, um simples termo de compromisso estabelecido entre o órgão ambiental e o empreendedor, a nosso ver é um estatuto demasiadamente inseguro quanto às garantias judiciais.

  
Dep.Federal MÁRCIO MACÊDO

PT/SE